

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 16 DE MAIO DE 2000

Sessão Solene Comemorativa dos 500 anos do Achamento do Brasil e de Boas-Vindas a Sua Excelência o Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Senador António Carlos Magalhães

Presidente Ex^{mo} Sr António de Almeida Santos

Secretários Ex^{mos} Srs Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
José de Almeida Cesário
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

Às 15 horas, e dando início a sessão solene comemorativa dos 500 anos do achamento do Brasil e de boas-vindas a Sua Excelência o Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil (Senador António Carlos Magalhães), entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da Assembleia da República (Almeida Santos), o Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade em representação do Primeiro-Ministro, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretaria-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Director do GAREPI, o Adjunto do Presidente da Assembleia da República para os Negócios Estrangeiros, o Chefe de Gabinete do Presidente da Assembleia da República e os Secretários do Protocolo do Estado.

No hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados, Ministros e Secretários de Estado, o Procurador-Geral da República, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Militar, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Vice-Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Superintendente do Serviço de Pessoal da Armada, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o Conselheiro de Estado Barbosa de Melo, Juizes Conselheiros

do Tribunal Constitucional, o Provedor de Justiça Adjunto, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Comandante Naval, o Governador Militar de Lisboa, o Comandante do Comando Operacional da Força Aérea, o Comandante do Comando Operacional das Forças Terrestres e o Inspector-Geral da GNR.

Encontravam-se ainda presentes, nas tribunas e galerias, o ex-Presidente da República Marechal Costa Gomes, o ex-Presidente da Assembleia da República Dr. Francisco de Oliveira Dias, o Secretário Executivo da CPLP, o Embaixador da República Federativa do Brasil, elementos da Embaixada do Brasil, membros do Corpo Diplomático e convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil tomou lugar a direita do Presidente da Assembleia da República, seguiram-se as intervenções dos Deputados Luís Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Rosado Fernandes (CDS-PP), Ferreira do Amaral (PSD), Medeiros Ferreira (PS), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil.

A sessão foi encerrada eram 16 horas e 55 minutos, tendo sido executados os hinos dos dois países pela Banda da Guarda Nacional Republicana.

O Sr Presidente — Srs. Deputados, declaro aberta esta sessão que, espero, seja mais uma sessão memorável de comemoração dos 500 anos do achamento do Brasil, tendo nós a honra de ter a companhia de Sua Excelência o Presidente do Senado e do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Dr. António Carlos Magalhães.

Eram 15 horas

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António Jorge Freire de Brito Calvete
 António José Gavino Paixão
 António José Santinho Pacheco
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Carlos Manuel Luís
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Helena Maria Mesquita Ribeiro
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José António Teixeira Cardoso
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos das Dorez Zorrinho
 José da Conceição Saraiva
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira

José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel António dos Santos
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria Luísa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marquero
 Teresa Maria Neto Venda
 Vítor Manuel Alves Peixoto
 Vítor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos
 Artur Ryder Torres Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves
 David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves

Hugo José Teixeira Velosa
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luís Fazenda Arnaut Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 José Manuel Macedo Abrantes
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torção Soares
 João António Gonçalves do Amaral
 Joaquim Manuel da Fonseca Matias
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Fernando Alves Moreno
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Luís Pedro Mota Soares

Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

O Sr **Presidente** — Em representação do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr **Luís Fazenda** (BE) — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados

Os nautas de há 500 anos acharam-se a si próprios. Tiveram do mundo as coordenadas. De carta em carta, encontraram os mapas. Introduziram o verbo, tão generalizado no vocabulário brasileiro, «mapear». Encontraram a tecnologia para aproximar a mundialização feita à mundialização por fazer. Foram chegando o planeta ao seu perímetro físico. Ficavam para trás dogmas e segredos proféticos absurdos sobre o geoespaço.

A razão e o experimentalismo tinham novos cursores. A centralidade do humano na sua relação com a materialidade e as suas leis e saber quebraram escolásticas reveladas e lógicas subjectivas. As navegações abriram as auto-estradas da informação dessa época. As navegações globalizaram a troca e prenunciaram o mercado global. Essa senda tem contributo português. Esse progresso foi libertador. De Espinosa a Marx, houve a interpretação do ganhar de espaço para a ciência e para a evolução social. Mesmo que a ciência desencadeasse reacções inquisitoriais. Mesmo que a evolução social gerasse outras opressões. Não fomos povo eleito, fomos o produto de uma encruzilhada ibérica e europeia. Dos impérios que se teceram não ficou o mito mas a superação histórica.

A razão e o escrutínio dos factos e das suas conexões levam-nos a olhar para o contraditório. As navegações produziram avanços incalculáveis na história da humanidade, produziram igualmente retrocessos, genocídios, tráfico de escravos, opressões de ignomínia.

Ao perscrutar a história e as suas tensões não se pode das navegações extrair o discurso de litania do pequeno povo redentor que pela mestiçagem tocou o universalismo. Esse discurso é tão falso e tão unilateral e tão chauvinista, tão auto-desculpabilizante, tão auto-apologético que não tem sentido nem eco universal. Mas também é estúpido percorrer alguma imprensa europeia recente que descreve as navegações e ocupações portuguesas apenas como a bandeira dos mata-índios, dos negreiros, dos saqueadores. A história, Sr.^{as} e Srs. Deputados, foi global e multilateral.

A sua análise mostra o fio do progresso entrelaçado com a barbárie. É o que é. Se pontuamos o progresso, pontuamos a barbárie. É por isso que se herda o passado. Herdamos universalmente. Os brasileiros de hoje estão tão

perto do rei Manuel I, dito «o Venturoso», como os portugueses contemporâneos

Não vale a pena especular com os códigos da época. Esses serão os códigos dominantes e não dos dominados. A informação electrónica hodierna globaliza bárbaries. Não as denunciámos já hoje? Mas queremos que a civilização do ciberespaço produza outras civilizações de solidariedade. António Vieira e tantos outros não se cingiram aos códigos da época. Mas também não fazem uma desculpa nacional. Foram adventos de modernidade sem fronteiras. Conhecemos na nossa geração manifestos dessa modernidade. Lemo-los e vivemo-los apesar de tanto mar, tanto mar a nos separar.

Batemo-nos, brasileiros e portugueses, contra ditaduras sinistras, protecções retrógradas de elites dominantes. Aproveitando as curvas da história, no Brasil exilaram-se portugueses. Em Portugal pós 1974 evularam-se brasileiros até ao final da década de 70. Fomos embalados não apenas pelo fascínio do chorinho, do forró, da corporização do ritmo, ouvimos o diálogo do Chico Buarque «a coisa aqui está preta, pá», vincou-nos a alma quando Elis explicou que a parte do latifúndio cabia aos famintos do Sertão (e qual era?). Iemos Graciliano, sabíamos do A5 e do fisiologismo, sabíamos tanto da amnistia como da finta do Pelé. E daquela poesia, Cecília. Conseguimos rir com tantos que vieram da tortura dos cárceres policiais e militares brasileiros quando diziam que «para tudo se dá um jeito, né?»

Conheci quem foi morrer no Araguaia. Conheci quem escapou de ondas de assassinatos. Não esqueço Diógenes Arruda, Deputado federal cassado do seu mandato, que me abriu páginas do mundo do trabalho e da libertação social, que trouxe estórias de resistência e de heroicidade anónima. Que quase me explicou a ontologia do comunismo.

Lá, como cá, as democracias simpáticas fizeram reciclagens de elites. Lá, como cá, há políticos situacionistas de todo o tempo. Lá, como cá, todos entendemos essa delícia da arte brasileira que é a *Ópera do Malandro*, o raio x de poderes que fazem países desiguais e injustos de sem direitos, de sem terra, de sem esperança. Lá, como cá, para o avatar de Vinicius para saber da cidadania de todas as cores.

Políticos, cá como por lá, que dizem governar com o chicote e com o saco do dinheiro.

Lá, como cá, os poderes ensaiam truques de perpetuação.

E com requintes de crueldade diz-se que é preciso realismo e gradualismo. Realismos que, muitos, perante os vários achamentos de 500 anos, não tiveram.

E são esses os nomes que estão pelas antologias literárias, nas páginas compendiadas da história, em nomes de ruas. Dos que não tiveram esse tipo de realismo.

Os que ocupam terras no Brasil lutam ainda pelo espaço e não têm porto seguro. Somos solidários com essa gesta. O que pode a nossa voz ao lado de Saramago e de Sebastião Salgado, referências mundiais? Os «sem terra» não precisam de astrolábio para essa expansão, precisam de direitos que não estão escritos nos astros.

Sr Presidente da Assembleia da República, Sr Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil. Cortes de todas as épocas protegeram os iníquos. Sempre ficaram para trás.

Olhando os meninos da rua, no Brasil ou em Portugal, não vejo o horror económico, vejo o infinitamente grande da liberdade por conquistar.

Aplausos do BE.

O Sr Presidente — Em representação de Os Verdes, tem a palavra a Sr^a Deputada Isabel Castro.

A Sr^a Isabel Castro (Os Verdes) — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Srs. Membros do Governo, Sr^{es} e Srs. Convidados, Sr^{es} e Srs. Deputados.

Há 500 anos foi a chegada ao Brasil, ou «ao outro lado do mar».

«Um oceano inteiro para nadar», assim o reclama hoje, através da pintura, o olhar inédito de mulheres, do Brasil e de Portugal, numa exposição sobre este passado¹.

O olhar de mulheres que recusou o óbvio.

A visão mística e mistificadora da distância, da lonjura, da imensidão de um mar que, a um tempo, une e separa.

O olhar que recusou os caminhos da linear representação historicista de um tempo.

O olhar que recusou o que era fácil e não se quedou pelo exotismo.

O olhar das mulheres, das mulheres intelectuais, que quis ir mais longe. E através da metáfora, da desconstrução de mitos, da desmistificação de símbolos, preferiu agredir, provocar, abanar, fazer reflectir sobre o modo como ocupámos o território, como construímos uma identidade, como contribuímos para fundar, de algum modo, uma nação¹.

Uma opção tomada em nome da memória, contra o seu apagamento¹. Em nome da liberdade, contra a sonegação. Em nome da diversidade e dos direitos dos povos, contra a sua anulação e esmagamento. Uma memória que nos deve fazer evocar hoje, como já o fizemos antes. Padre António Vieira, ao denunciar a pilhagem da riqueza.

É ele que nos diz, quebrando o silêncio: «No Estado do Maranhão não há outro ouro nem outra prata mais que o sangue e o suor dos índios. O sangue se vende nos que se cativam, e o suor se converte no tabaco, no açúcar e nas mais drogas com que os ditos índios se lavram e fabricam. Desde o princípio do mundo não se executaram em toda a Europa tantas injustiças, crueldades e tiranias como executou a cobiça e a impiedade dos chamados conquistadores do Maranhão».

O mesmo olhar que nos remete à necessidade de uma «igualdade das raças» e «à soberania da liberdade» contra a opressão e ainda às palavras, então também de Padre António Vieira, perante uma realidade antiga, mas tristemente continuada na negação dos direitos dos povos indígenas, na negação dos seus próprios territórios.

E lembro: «Os índios não são escravos, não, porque não tomados em guerra justa, e vassallos, também não, porque assim como o espanhol ou genovês cativo em Argel é contudo vassallo do seu reino e da sua república, assim o não deriva de ser o índio, posto que forçado e cativo, como membro que é e cabeça política da sua nação, importando igualmente, para a soberania da liberdade, tanto a coroa de penas como a de ouro, tanto o arco como o ceptro».

Palavras, olhares, opções acima de tudo que, 500 anos passados, devem responsabilizar-nos neste final de milénio, perante uma viagem colectiva que é forçoso, na sua rota, traçar diferentemente¹.

A viagem num planeta que é capaz de transpor (e foi capaz), a um ritmo alucinante, as novas fronteiras da

ciência, da biotecnologia, da técnica, que ousa (como nós, no passado) a viagem, hoje, no espaço, mas que não quis, não quer, não decide, hoje, em nome da preservação dos interesses de lucro de uma minoria, tal como ontem o fez, em nome dos senhores da terra, reduzir o insultuoso fosso entre pobres e ricos, travar a insustentável degradação ecológica ou pôr fim ao novo *apartheid* social e racial, bem como à violência brutal de que se alimenta

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Convidados, Sr^{as} e Srs Deputados É, precisamente para nós, este, o sentido único que esta polémica evocação deve representar

Falar para, a partir daqui, reconstruir uma parcela da nossa memória, recriar uma identidade, sem dúvida contraditória, una e diversa, que nos define como um povo com vocação universal

Mas, acima de tudo, falar para encontrar novos valores e valias, uma nova vocação, um sentido que falta neste planeta e que é urgente buscar

Um sentido para a vida e para o futuro que não pode continuar a refugiar-se nos alibis do passado para se descarrar do presente, tão-pouco para se desresponsabilizar face às gerações futuras

O futuro que não pode consentir, qualquer que seja a latitude ou o lado de que estejamos do mar, um quotidiano de excluídos, sejam eles sem abrigo, sem terra ou sem papéis

O futuro que não pode consentir, qualquer que seja a latitude ou o lado de que estejamos do mar, a insultuosa e brutal injustiça, visível na repartição injusta da terra que pisamos, do ar que respiramos, da riqueza que a maioria produz

O futuro que não pode consentir a apropriação privada de bens patrimoniais que são suporte da vida, qualquer que seja o pretexto ou a nova divindade evocada

Sr Presidente, Sr^{as} e Srs Convidados, Sr^{as} e Srs Deputados Importa, hoje como ontem, que o conhecimento, a investigação científica, a experimentação, a inovação encontrem um lugar para, como bússola, nos conduzirem, numa economia globalmente e diferentemente pensada, a um novo porto No final deste século, já não existirão muitos caminhos marítimos ou terrestres a descobrir, mas a grande aventura continua, a nossa viagem é a que procuramos nos leve a um bom porto, de paz e amizade, de solidariedade, de respeito pelos direitos humanos, de respeito pelas gerações vindouras

O maior desafio é, pois, sem dúvida, manter conservada esta nau que nos transporta pelo Universo Foi, no passado, necessário fazer uso das mais modernas técnicas para que não ficassemos pelo caminho Temos, pois, de utilizar essa incrível capacidade tecnológica e científica, mas, acima de tudo, temos que não abdicar da nossa vontade, para que a nau chamada Terra continue, e a nossa convicção assim será, a levar-nos a porto seguro

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Em representação do CDS-Partido Popular, tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes

O Sr Rosado Fernandes (CDS-PP) — Sr Presidente, Ex^{mo} Sr. Senador António Carlos Magalhães, Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Bra-

sil, Ex^{mos} Dignitários aqui presentes, Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados

Confiou-me a minha bancada, do CDS-Partido Popular, o encargo de, em seu nome, saudar V Ex^a e de significar a cordialidade, a amizade e a grande vontade de colaboração, no presente e para o futuro, por todos nós sentida Mais me fizeram saber os meus Colegas, sem excepção, pois incitaram-me mesmo a fugir da senda do «politicamente correcto» e a iniciar o meu discurso sem pedir desculpa ao povo brasileiro, que tanto estimamos, por terem os nossos antepassados desembarcado em Porto Seguro

Aplausos do CDS-PP

Se assim não tivesse sido, como poderíamos nós ter hoje a honra e o prazer de saudar o Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil e o Deputado federal, nascido em Oliveira de Azeméis, José Lourenço, que, quando pode, dá sempre uma ajuda e «quebra o galho» a este nosso País?

Aplausos do CDS-PP

Se assim não tivesse sido, como poderia ter nascido, em São Paulo, todo o movimento modernista de 1922 acompanhado por acções nativistas e anti-lusistas das revoltas culturais do «pau-brasil» ou do «movimento antropofágico»? Era parte do Brasil a revoltar-se contra as suas raízes portuguesas e a acrescentar a essas outras raízes que estão no fundamento da sua existência

Se assim não tivesse sido, Sr Presidente, como poderíamos hoje orgulharmo-nos de pertencermos a um mundo português de 200 milhões de falantes espalhados pelos quatro cantos do mundo, na Europa, onde, no livro de orações da Sinagoga de Amsterdão, a prece pela «sereníssima rainha da Holanda» ainda era escrita, há bem pouco tempo, em velho português, nas Américas, na dilacerada África, nas plagas asiáticas e indianas da tão antiga Goa e da chinesa Macau, sem esquecer a longínqua Austrália, tão perto de Timor, que esperamos venha a conquistar pelo trabalho do seu povo — pelo trabalho do seu povo, repito — os frutos da liberdade e da independência

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — Interesses inconfessáveis e escondidos pela ambição dos grandes deste mundo ainda dilaceram alguns países lusófonos da África, onde vemos potências ocidentais a olharem para o lado a fim de não presenciarem as cenas de violência e de desrespeito total dos direitos humanos

No meio de todo este panorama, nem sempre edificante, surge imponente a grandeza do Brasil, Sr Presidente, que deixou de ser um crónico país do futuro, para ser um país com passado e cada vez mais com um presente visível, o que para nós é o garante de que continuará bem viva a língua portuguesa, falada com os mais diversos sotaques, que nenhum acordo ortográfico jamais poderá — graças a Deus! — uniformizar

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Orador — «Esta língua que mamámos» — são estas as palavras do judeu Samuel Usque —, e que muitos sen-

tem ser uma língua secundária, por lhes faltarem, seguramente, qualidades para a defender face ao domínio do mundo redutivo anglo-saxónico, é, contudo, uma enorme força de 200 milhões de almas, força não só cultural, mas política e económica, com peso real no fenómeno incontornável da globalização. movimento já iniciado há séculos, mas que (basta lembrar Tordesilhas) hoje é mais patente devido aos progressos de tecnologia. Só esta avançou, Sr Presidente Almeida Santos, Sr Presidente Magalhães, Sr^{ma} e Srs Deputados, porque o Homem, «o velho Homem» continua o mesmo, com os seus defeitos e qualidades, com ou sem valores morais.

Pertencemos à latindade que, com a civilização helénica, é a mãe do nosso mundo ocidental, enriquecido por todos os lusófonos portadores de uma diversidade e de uma unidade linguística, cultural, política e económica que nos pode garantir no planeta onde vivemos um lugar ao sol, desde que nos esforcemos — sem trabalho, nada se faz! — e nos ajudemos mutuamente, reforçando a nossa presença física por esse mundo fora.

Eis a razão por que não posso sentir — a menos que entrasse num evidente «tartufismo» político (desculpem o neologismo) — o mínimo sentimento de culpa em pertencer a este Mundo, ao nosso Mundo, e até à sua terra, Sr Presidente, onde, no ano da graça de 1640, na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda da cidade da Baía, o Padre António Vieira defendeu a sobrevivência da nossa língua ao profenir o sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, ou seja, contra a armada do «pérfito calvinista» (chama-lhe ele).

E foi o Brasil, a sua grandeza e a sua riqueza, humanas e materiais, que o levou, ao mesmo tempo que defendia o índio brasileiro da cobiça e crueldade do colono português — não nos enganemos! —, ao mesmo tempo que defendia os judeus tão cruelmente expulsos de Portugal no século XVI — erro que nunca mais conseguiremos espiar! —, a conseguir criar a visão utópica do quinto império, esse reino de paz e prosperidade ligado a um mundo onde o português se falava.

Mas é também, por motivos pessoais, que nenhuma culpa sinto. Se o Brasil não existisse como é, não tinha conhecido na minha querida «alma mater», como colegas e amigos, a Serafim da Silva Neto, a Mattozo Câmara, a Sílvio Elia, a Celso Cunha, a Murilo Mendes, a Miguel Reale — já quase todos falecidos.

Era um mundo de ciência e de humanidade, que, a não conhecê-lo, me sentiria mais pobre e menos sabedor, como *homo viator* que todos somos, no mundo por onde somente passamos.

Aplausos do CDS-PP

Sr Presidente Magalhães, Sr Presidente Almeida Santos, chamemos os grandes pelos nomes. É necessário reforçar o nosso intercâmbio com todos os países lusófonos e activar a nossa presença física no mundo.

Só dessa forma aumentaremos a nossa força e defenderemos a nossa identidade, pois identidade sem poder só existe nos livros de antropologia e nós não queremos ser um resto de História, nós queremos ocupar na História o lugar que, por direito, nos compete.

O Sr **Basílio Horta** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — Para terminar, vou roubar para os nossos povos uma frase a João Ubaldo Ribeiro, e com ela

acabo «Temos de ser tudo, mas antes temos de ser nós. Tudo, tudo, tudo. Viva o povo brasileiro, viva nós». Nós que estamos aqui hoje, nós que estamos por todas as partes do mundo, e que temos também o coração no Brasil.

Aplausos do CDS-PP, de pé, e de alguns Deputados do PSD e do PS

O Sr **Presidente** — Em representação do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral.

O Sr **João Amaral** (PCP) — Sr Presidente da Assembleia da República de Portugal, Sr Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Srs Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs Ministros e Secretários de Estado, Ex.^{mas} Autoridades, Srs Convidados, Sr^{ma} e Srs Deputados.

O Parlamento de Portugal associa-se, com esta sessão, ao solene assinalamento da passagem de 500 anos, desde que em 22 de Abril de 1500 um punhado de portugueses, capitaneados por Pedro Álvares Cabral, depois de atravessar o oceano que chamamos Atlântico, cruzou a sua História com a História dos povos que há milénios ocupavam as terras que hoje fazem o país que é o Brasil.

Esses povos, também eles tinham feito, muito tempo antes, uma longa viagem, provavelmente vindos da Ásia, depois de atravessarem a estreita ligação com a América criada na época glacial. Há até quem ponha também a hipótese de outras origens, via Continente Antártico, provenientes do Continente Austral.

Sabemos ainda muito pouco destas e de outras viagens que a espécie humana, provavelmente a partir de um tronco comum, fez sobre o planeta no seu caminho, lento mas determinado, de expansão e domínio. Olhamos para o século que agora acaba, para o milénio que agora acaba, como se nele se resumisse o tempo.

Mas também nesta terra, de onde partiu Pedro Álvares Cabral e os seus homens, a ocupação humana tinha muitos milénios. Olhando só os tempos mais próximos, aqui estiveram, formando o povo e caldeando o País que hoje somos, povos tão variados como os Celtas, os Fenícios, os Gregos, os Cartagineses, os Iberos, os Romanos, os Alanos, os Suevos, os Visigodos, os Árabes.

Na nossa História, como na História do Brasil, há, no entanto, momentos únicos e forças determinantes. Não seríamos, aqui em Portugal, este Portugal que somos, se estas terras a que chamamos nossas não tivessem feito parte do Império Romano. Também o Brasil não seria este que é, se não fosse a viagem de Cabral e a colonização portuguesa.

Assinalando esse encontro de há 500 anos, fazêmo-lo em nome dos povos e países que somos hoje, formados na sua específica contingência histórica, que moldou identidades, que não podem ser reescritas.

Vivemos, depois desse encontro, as grandezas e misérias que marcam a espécie humana. Está na História tanto a aventura do conhecimento e da construção como a ignomínia da escravatura e a crueldade da exploração sem limites do trabalho humano. Há uma história de arte, beleza e cultura, como há uma história de domínio, sangue e guerra. Cá e lá. Na mesma época, fez-se o comércio negro no hemisfério sul e a inquisição no Terreiro do Paço.

E mesmo depois de o Brasil ser independente, centenas de milhar de portugueses, nos limites da pobreza a que

eram condenados em Portugal, fizeram a rota de Cabral, emigrantes com lugar a monte, em obscuros navios, para fazerem trabalhos sem qualificação e, assim, poderem sobreviver e dar um futuro aos seus filhos

Permitam-me um parêntesis pessoal, porque tenho essa experiência na minha família. Os meus avós paternos, camponeses sem terra, como muitos outros portugueses, foram para o Brasil nos anos 20, pobres, ignorantes, mas generosos na sua vontade de trabalhar duro para o país que amigavelmente os acolhia. Recordo as descrições que ouvi, de cidades como Santos e São Paulo, descrições míticas e ao mesmo tempo ingénuas, descrições que invertiam o sentido da Carta de Pêro Vaz de Camunha. Eram o mundo e as grandes urbes brasileiras, que esses emigrantes regressados tinham deixado, que representavam o progresso e a «civilização», enquanto a aldeia nas faldas da Serra da Estrela para onde regressaram nos anos 50 continuava sem electricidade, com uma agricultura próxima da subsistência e uma larga maioria de analfabetos

A história das nações não é só a história das suas elites e das suas guerras. Faz-se também, e fundamentalmente, destas muitas histórias anónimas de povos que sofrem e trabalham para que as nações engrandeam

Que esperam os povos deste assinalamento da História? Temos seguramente obrigação de olhar o passado com verdade, de redescobrir a História, não para fazer dela um juízo ético que seria sempre anacrónico, mas para assim compreendermos o que fomos. Mas temos ainda mais obrigação de olhar o presente e o futuro, para garantir que tiramos da leitura do passado os ensinamentos necessários

Hoje, o Brasil é uma grande Nação no Mundo. É quase cem vezes maior do que Portugal em área, tem mais de dezasseis vezes a população portuguesa, é a oitava economia mundial, com um PIB que é oito vezes o português e, se se quiser outra comparação, no seu total, aproxima-se do PIB da totalidade dos países árabes e dos países da África Subsariana

No Brasil, como em Portugal, procura-se maior justiça e desenvolvimento. No dia 22 de Abril passado, em Porto Seguro, estiveram pedindo justiça os «sem terra» e os índios. Mas, nestes dias, aqui, em Portugal, também há trabalhadores que usam os seus direitos constitucionais, incluindo o direito de greve, para lutarem pelas suas reivindicações

O Brasil acaba de debater o salário mínimo nacional, mas ninguém aqui, nesta Sala, duvida de que também em Portugal o salário mínimo é excessivamente baixo

O povo brasileiro e o povo português são povos determinados e lutadores. Viveram já neste século sob ditaduras, conquistaram a democracia e a liberdade, conquistaram justiça e desenvolvimento.

Vivemos, hoje, as ameaças da globalização. O Brasil, por exemplo, com o peso da dívida e com a pressão sobre a moeda e a sua relação de troca com o dólar. Portugal, por exemplo, com indústrias de grande peso, como a têxtil, sujeitas aos efeitos devastadores de uma desregulamentação mundial tal como a Organização Mundial do Comércio deseja

Mas Brasil e Portugal têm uma língua comum, entre si e com outras Nações com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e talvez também com Timor. É possível e desejável encontrar, no desenvolvimento multilateral de relações, um ponto de vantagem comum e recíproca para enfrentar os desafios que hoje se apresentam! É preciso, por isso, dar uma maior dinâmica à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

O desenvolvimento das relações bilaterais entre o Brasil, país do Mercosul, e Portugal, país da União Europeia, tem óbvias vantagens mútuas. Se mais não fosse, devemos o esforço e a determinação de fortalecer essas relações bilaterais ao respeito devido às fortes comunidades de emigrantes, a comunidade de portugueses no Brasil e a crescente comunidade de brasileiros em Portugal, cuja presença aqui saudamos especialmente

Aplausos do PCP.

Quero lembrar que, na nossa opinião, Portugal deve-lhes maior consideração na fronteira, que não pode ser uma muralha hostil, como lhes deve o aprofundamento do princípio da reciprocidade de direitos.

Hoje, os fluxos humanos entre Portugal e Brasil passam-se, na sua maioria, com estratos sociais bem diferentes dos do passado. São maioritárias as camadas urbanas, com presença forte dos níveis médios e superiores de formação. Estes fluxos são uma riqueza acrescentada aos dois países, a qual deve ser estimulada

Sentimos aqui o Brasil como uma Pátria. Faço parte de uma geração que se formou também com a leitura de Jorge Amado, de Caio Prado Júnior, de João Cabral de Melo Neto, entre muitos outros, que viveu todos os grandes nomes da música brasileira, como Chico Buarque, Caetano Veloso, Maria Bethânia, Tom Jobim, que se emocionou com o *Pagador de Promessas*. De há uns anos para cá, é a televisão do Brasil a mostrar a sua força e capacidade, todos os dias, nas televisões portuguesas

Os projectos que nós, portugueses e brasileiros, podemos construir, a partir do cruzamento de Histórias, da língua comum e do potencial do presente, são cada vez maiores

O Sr. Presidente Senador António Carlos Magalhães vem aqui, como Presidente das Câmaras Parlamentares representativas de todos os cidadãos brasileiros, assinalar connosco uma data do passado. Da nossa parte, PCP, leve para o Brasil um abraço fraterno e o alento e solidariedade ao povo brasileiro para as lutas constantes pela justiça e pelo desenvolvimento sustentado, que essas, sim, fazem a definitiva grandeza das Nações

Nos meses de Maio, todos os meses de Maio, em Lisboa, Sr. Presidente Senador António Carlos Magalhães, acontece um momento sempre esperado de rara beleza: começam a florescer os jacarandás, a árvore trazida do Brasil para as ruas da nossa cidade, a árvore que tão bem pode simbolizar as relações que desejamos para os povos de Portugal e do Brasil, no seu roteiro para um futuro melhor, de paz, de respeito, de amizade

Aplausos do PCP e de alguns Deputados do PS e do PSD

O Sr. Presidente — Em representação do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.

O Sr. Ferreira do Amaral (PSD). — Sr. Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados:

É com grande emoção e viva satisfação que, em nome da bancada do Partido Social Democrata, saúdo a presença na Assembleia da República portuguesa do Sr. Presi-

dente do Congresso do Brasil Para nós, V Ex^a é sempre bem-vindo nesta Casa, que também é sua

Emoção e satisfação tão gratas quanto esta visita ocorrem no momento em que, em Portugal e no Brasil, se assinalam os 500 anos da descoberta das terras de Vera Cruz e em que, em ambos os países, o tema do achamento e o da sua própria evocação constituem motivo para reflexão e debate

O achamento do Brasil constitui um facto transcendente não só para a História dos dois Povos mas também para a História do Mundo

Se é certo que a descoberta do caminho marítimo para a Índia foi determinante para levar o historiador a dividir a História em antes e depois do Gama, não é menos certo que, na era pós-gâmica, a construção do Brasil constituiu o mais extraordinário exemplo do génio e da capacidade criadora dos portugueses, que já, nessa altura, eram brasileiros

Ao lembrarmos a descoberta do Brasil. «terra nova que em esta navegação se achou», somos chamados a celebrar não só a gesta dos argonautas de Quinhentos mas também a obra imensa por eles iniciada e depois continuada por sucessivas gerações de brasileiros

Obra de homens e de mulheres, de jovens e de maduros, obra de convicções e de entrega, obra de gente grande e de gente pequena, com os seus vícios e as suas virtudes, porque foi obra humana Mas, no fim, obra gigantesca

Obra, certamente, com erros, mas obra agigantada pelos seus acertos, obra concreta, mas profética também, obra de todos, que, de poucos, se fizeram muitos, obra de exemplos, que se tornou exemplar

Obra, enfim, marcada pelo humanismo cristão, por uma concepção da vida e do Mundo Afinal, uma obra lusiada E, ao lembrar o carácter lusiado de todo o processo brasileiro, não me refiro apenas à língua de Camões de que o gigante Brasil é hoje, de longe, o maior expoente mundial, mas também às características desse impar processo de construção humana multirracial que nunca ali se quedou pela mera coabitação de povos de diferente origem, mas que se alicerçou na miscigenação racial e na integração cultural

A condução e a efectivação deste processo, durante o período português, e que o Brasil soberano prosseguiu, são, por si só, razões suficientes para que Portugal e os portugueses se sintam orgulhosos da quota-parte de responsabilidade que têm na construção do imenso Brasil

A extraordinária dimensão territorial deste imenso país, o maior país que a Humanidade alguma vez viu nascer no dia da independência, foi construída palmo a palmo, desde a fase das capitânias à do Governo Geral e à do Governo dos Vice-Reis, passando pela acção desbravadora dos bandeirantes Gerações e gerações de portugueses, que já eram brasileiros, construíram a identidade sólida, intocável e definitiva que é hoje o Brasil

A sua ascensão a Estado Independente, também ela extraordinária, foi precedida de um impar período preparatório, proporcionado pelos 13 anos de permanência da Corte em solo brasileiro, facto que transformou o Brasil em sede do Império Português de então. Essa ascensão a Estado Independente, o facto de, a partir de 1815, ter sido elevado à categoria de reino, embora unido a Portugal, e ainda o próprio facto de a independência ter sido encabeçada por um príncipe português, quero dizer, por um príncipe comum, tudo isto, que é deveras original, muito diz da realidade do processo brasileiro e é motivo,

permuta-me que o diga, Sr. Presidente, de legítimo orgulho também dos portugueses

Senhoras e Senhores. Podem os homens enganar-se, podem as estratégias falhar, mas a História, essa, não se engana nem falha! A História é o que é, independentemente do que dela se diga ou se escreva, e não pode servir para, através de manipulação grosseira, fazer revigorar ideologias politicamente moribundas

Não me peçam, não me peçam nunca, para pedir desculpas pela nossa História! Para mim, a História de Portugal e também a História do Brasil serão sempre um motivo de enorme orgulho e uma fonte contínua de inspiração Só sei ser português!

Aplausos do PSD

Só sei ser português! Não me peçam para renegar tudo aquilo que, afinal, me possibilitou sê-lo

Por esta razão, de pouco servem as arremetidas dos que, sem grandeza, procuram desvirtuar a História, enfatizando, também sem perspectiva, erros cuja origem e dimensão verdadeiramente desconhecem e pedindo, com falsa compunção, perdão por eles, mas nunca pedindo perdão pelos erros de que eles próprios são autores e contemporaneamente responsáveis

Aplausos do PSD

Procuram, assim, serrar o tronco em que estão empoleirados, na esperança absurda de que seja, afinal, a árvore que vai cair

Não é legítimo que, para triunfo de actuais campanhas pessoais ou de grupo, se sacrifique, e até se insulte, a memória de gerações de homens e de mulheres que, investindo tudo o que lhes era mais sagrado — as suas convicções, a sua fazenda, as suas famílias — em terras do Brasil, contribuíram para a formação de um imenso lar multirracial e multicultural

O que aqui nos reúne, o que aqui nos deve unir é a memória de uma obra grandiosa, a da inteligência, a da coragem e a do esforço que a tornaram possível, e a memória dos sacrifícios que ela exigiu

Portugal e o Brasil são herdeiros de um comum património cultural, têm do Mundo uma mesma visão humanista, experimentam uma idêntica vivência democrática, participam, embora em espaços e estádios diferentes e com capacidades distintas, em processos de integração continental e são parte de uma comunidade de países que falam e sentem pela mesma língua Refiro-me, naturalmente, à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realidade já hoje insofismável na cena internacional, que deverá reafirmar-se no futuro como uma renovada aposta no sucesso do modelo lusiado de compreensão do Mundo

Portugal e o Brasil estão, mais uma vez, ao longo da História, de mãos dadas Ainda bem!

Sr Presidente do Congresso, deixe-me, a concluir, depositar nas suas mãos a justa homenagem que quero prestar ao Brasil e ao povo brasileiro e deixe-me partilhar consigo o orgulho legítimo dos 500 anos do nascimento dessa extraordinária nação irmã

Aplausos do PSD e do CDS-PP

O Sr Presidente — Em representação do Partido Socialista, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

O Sr Medeiros Ferreira (PS) — Sr Presidente da Assembleia da República, Dr Almeida Santos, Sr Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Senador António Carlos Magalhães, Srs Convidados, Sr^{as} e Srs. Deputados

Há dois meses, tivemos a honra e o proveito de ouvir aqui o Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Há dias, o Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio, esteve no Brasil para comemorar a chegada de Pedro Álvares Cabral a «terras de Santa Cruz», hoje, estamos aqui para celebrar com o Presidente do Congresso da República Federativa do Brasil, António Carlos Magalhães, a amizade dos dois povos a nível parlamentar

O Partido Socialista associa-se com júbilo a este intercâmbio cada vez mais denso entre as duas Repúblicas que falam português em dois continentes distintos, no europeu e no americano. O velho e o novo mundo ficam assim melhor interligados

Estive, há dias, em Brasília, Campinas e S Paulo, integrado numa comitiva de universitários portugueses, para participar em colóquios deveras enriquecedores para o nosso conhecimento mútuo. E foi com muito proveito que visitei a bela exposição «500 +», em S Paulo, que patenteia o multiculturalismo brasileiro

Na Universidade de Campinas, encontrei um livrinho colorido com as Dissertações do Vestibular da UNICAMP/99, onde jovens estudantes brasileiros foram convidados a elaborar sobre o tema «500 anos de Brasil». Essa recolha é elucidativa da disparidade de julgamentos das novas gerações sobre o passado comum. Escolho um trecho da redacção de Nayana Gusmão da Silva que, após sintetizar a formação do Brasil como — e cito a jovem estudante — «um país que congrega paradoxalmente crescimento e destruição», desenvolve os seus tópicos, com a seguinte afirmação: «Mesmo assim, o país cresceu. Atravessou os ciclos da cana-de-açúcar, do ouro, do café, da pecuária, a população se misturou, criando uma identidade e uma unidade nacional, demonstradas nas lutas pela independência, abolição da escravatura, pela república, pela democracia e pelo direito à terra»

Porque refiro aqui estas duas visões brasileiras sobre o seu próprio passado? Pois, porque o passado é múltiplo e pode ser visto e apreciado de diferentes maneiras. Porém, qualquer visão sobre o passado não nos poderá distrair das tarefas do presente e das obrigações do futuro

Embora estes eventos ocorram por ocasião das comemorações dos 500 anos, não é intenção dos Deputados do Partido Socialista estacionar no passado, antes queremos aprofundar o presente e indagar sobre o futuro das nossas relações

As relações entre Portugal e o Brasil entraram decididamente numa nova fase desde que, em 1996, se celebrou uma série de acordos que vieram dar conteúdo ao Acordo-Quadro de Cooperação entre o Brasil e Portugal, assinado em 1991

Com efeito, desde que, em Abril de 1996, o Primeiro-Ministro António Guterres se deslocou ao Brasil, acompanhado por um significativo grupo de financeiros, empresários e homens de negócios, o intercâmbio económico luso-brasileiro densificou-se dentro da máxima «actos e não palavras». De certa maneira, foi ultrapassada a mera fase da retórica nas relações entre os dois países, embora eu nada tenha contra as belas palavras

Deste modo, o investimento português no Brasil situou-se, em 1997, em sexto lugar entre o investimento estran-

geiro e, a partir de 1998, com a entrada de capital português nas privatizações no ramo das telecomunicações, o nosso país passou a terceiro investidor estrangeiro, depois dos Estados Unidos da América e da Espanha

Também a presença do Presidente da República Jorge Sampaio no Brasil, por ocasião dos 175 anos da independência do Brasil, em Setembro de 1997, foi um momento politicamente relevante, dando seguimento à frase de outro Presidente da República português, António José de Almeida, que, em Setembro de 1922, agradeceu ao Brasil ter-se tornado independente um século antes. Convém, talvez, referir aqui que Portugal se atrasou três anos no reconhecimento formal da independência do Brasil e só o fez em 1825, graças a uma mediação internacional da «ONU» da altura que, como sabem, era a Grã-Bretanha

Quer o Brasil, quer Portugal, são países ciosos da sua independência e com forte e indestrutível personalidade internacional. São, de certa maneira, casos à parte nos respectivos continentes, embora ambos, hoje em dia, estejam integrados em organizações regionais, como a União Europeia e o Mercosul. E ainda bem que assim é!

Sem pretender contrariar o que é natural, ou seja, a integração nesses espaços comunitários regionais dos dois países, ambos só têm a lucrar com a intensificação das suas relações bilaterais. E a presença de V Ex^{as}, Sr Presidente do Congresso brasileiro, aqui, na Assembleia da República portuguesa, vem reforçar este plano bilateral

Desse ponto de vista, o 5.º Centenário da viagem de Pedro Álvares Cabral deve ser ocasião para «comemorar, celebrar» mas, sobretudo, «reflectir», como em boa hora sintetizou um brasileiro tão distinto como o Professor Jobson de Andrade Arruda. Vamos, pois, reflectir sobre dois pontos muito concretos, antes de terminar

Sr Presidente da Assembleia da República, Sr Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil, Senador António Carlos Magalhães: O intercâmbio entre parlamentares só é útil caso, para além das formas convencionais e protocolares, usemos a nossa liberdade de representantes do povo para ir mais além dessas fórmulas, em qualquer caso sempre simpáticas

Vou, pois, aproveitar a sua tão importante presença neste Hemisfério para lhe manifestar alguma perplexidade sobre a atitude da República Federativa do Brasil em relação à língua portuguesa como língua internacional

É facto que o povo brasileiro deu à língua portuguesa uma tonalidade, uma riqueza lexical e fonética de grande beleza e encantamento. Basta mencionar Machado de Assis, Manuel Bandeira, Cecília Meireles — originária dos Açores, como eu —, Guimarães Rosa, Jorge Amado, Maria Bethânia, Chico Buarque e até as mais recentes novelas, para ilustrar esse contributo tão vasto

Porém, esse papel da língua portuguesa, usada como factor de coesão interna no Brasil, não tem uma expressão proporcional na forma como as autoridades brasileiras encaram a língua portuguesa como língua internacional

Ora, é minha convicção que a língua portuguesa só conseguirá manter a sua função de coesão social e nacional em países como o Brasil, caso também tenha uma expressão internacional a nível das grandes instituições universais ou transnacionais. De parlamentar para parlamentar, eis uma preocupação para o futuro que gostaria de partilhar aqui com tão ilustre e influente representante do povo brasileiro

Espero ainda que a próxima presidência do Brasil da CPLP venha a suscitar uma maior compreensão e empe-

nho por esta Comunidade que só pode favorecer os seus membros e ajudar a organizar um mundo tão desconhecido

O Brasil poderá fazer ainda muito mais pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, pois, como escreveu Afonso Celso, no princípio do século XX, e cito, «O Brasil jamais provocou, jamais agrediu, jamais lesou, jamais humilhou outras nações»

Sr^{ma} e Srs Deputados, Excelentíssimos Convidados: Portugal e o Brasil conjugados no mundo Que esperança!

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Sr Presidente do Senado Federal e do Congresso da República Federativa do Brasil, Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade, em representação do Primeiro-Ministro, Demais Membros do Governo, Srs Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Vice-Presidentes e Srs Deputados da Assembleia da República, Sr Embaixador do Brasil e Srs Representantes do Corpo Diplomático, Sr Ex-Presidente da República e Sr Ex-Presidente da Assembleia da República, Demais Autoridades Judiciais, Cíveis e Militares, Srs Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores

Sr Presidente António Carlos Magalhães, deixe-me que o trate como mais agrada ao meu coração, não sou capaz de lhe transmutar a exacta dimensão da honra e da alegria com que o recebemos nesta sua Casa, depois de por si termos sido oficialmente recebidos, com inextinguíveis manifestações de afabilidade e simpatia, aquando visita do Presidente da Assembleia da República, numa delegação dela representativa, às duas Câmaras do Congresso da República Federativa do Brasil.

Estou certo de que este sentimento é partilhado por todo o Povo Português, que esta Assembleia representa

O Presidente António Carlos Magalhães é um Patriarca da política brasileira Dotado de uma personalidade forte, que rejeita o unanimismo fácil, ou mesmo difícil, deixa-se, ao invés, seduzir por atitudes com carga polémica, que não raro lhe granjeiam as disputas de que tanto gosta

Hoje, presidente do legislativo brasileiro, em lugar nenhum consegue fazer esquecer os seus três mandatos como governador da mítica Baía, aí onde verdadeiramente nasceu o Brasil que os portugueses criaram A Baía do «Largo do Pelourinho», do Padre António Vieira, de Jorge Amado, de Dorival Cayrol A Baía do Senhor do Bom Fim, dos *Capitães da Areia*, do *Jubiabá*, de *Os Velhos Marinheiros* Dos balangadans e dos quindins Das donas de saia rendada balanceando as cadeiras A Baía antiga que o meu caro Presidente modernizou, sem a descaracterizar A Baía, enfim, do Príncipe de Nassau, seu antecessor na arte de bem governar

Outros nessa cadeira se sentaram na qualidade de visitantes. Vossa Excelência não é nem nunca será, em Portugal, uma visita É um de nós, sentado num lugar que 300 anos de História comum lhe reservaram Esta cerimónia, a que a presença de Vossa Excelência confere assinalado brilho, a medalha de prata dourada ligando os símbolos nacionais de Portugal e do Brasil que os nossos Parlamentos co-editaram, e o livro com o registo das intervenções de Deputados portugueses e brasileiros nas sessões plenárias desta mesma Casa que vão editar, representam o nosso contributo para a comemoração dos 500 anos do achamento do Brasil

Por sobre tudo isso, e do simbolismo de que se reveste, a intenção, que nos é comum, de reforçarmos, no futu-

ro, os laços de cooperação interparlamentar entre Portugal e o Brasil, além de outras, nomeadamente no quadro do Fórum dos Presidentes dos Parlamentos Lusófonos e do Grupo de Amizade Portugal-Brasil, que acaba de ser criado

Bem haja, Sr Presidente, por ter aceitado estar, uma vez mais, connosco.

Embora neste Plenário já se tenha falado dos 500 anos decorridos sobre o achamento do Brasil, quando, em 8 de Março, tivemos a honra de aqui receber e ouvir o Presidente da República do Brasil, é hoje que verdadeiramente aqui comemoramos esse acontecimento histórico de tão alto significado

À data do achamento, grande era o país achador Pouco antes, tinha, pela primeira vez, chegado por mar à Índia, dando início a uma nova concepção do Mundo Globalizante se lhe chama agora Universalista se lhe chamou então A partir desse desvendar das primeiras auto-estradas do futuro, Lisboa passou a ser o centro do comércio mundial, desmontando os tradicionais portos mercantis da Europa E durante um século o mar foi nosso

Mas grande havia de tornar-se o país achado É hoje uma pátria portentosa pela imensidão do seu território, as ilimitadas potencialidades dos seus recursos naturais, a luxúria da sua beleza natural, a dionisiaca identidade do seu povo

E se o achamento, à data, pode ter parecido coisa pouca — mesmo que não tenha sido um devaneio do acaso —, a coisa achada viria a revelar-se o mais belo tesouro jamais encontrado pelos nossos mareantes

O que nesse então fazia mover as ambições eram as riquezas da Índia e as cruzadas da fé Por isso, o nosso primeiro contacto com o futuro Brasil saldou-se por um «ah!» de espanto pela luxúria da vegetação e por um «oh!» de decepção pela escassez e inocência de uma população que havia escapado ao pecado original, não usava roupas ou pedrarias, nem praticava a agricultura ou a caça Almas potenciais poucas, de ouro e prata nem sinais Dava, quando muito, para fazer aguada nas futuras viagens para a Índia circundando o «mar oceano»

Daí o pouco relevo de que se revestiu, à data, o achamento que hoje celebramos O próprio Pedro Álvares Cabral não deixou nos registos dos seus cronistas — o Pêro Vaz de Caminha, vulto cimeiro da nossa literatura de viagens, e o Piloto Anónimo, que chamou a si o relato da continuação da aventura — o menor sinal de um sentimento de exaltação ou de triunfo

É certo que fez regressar a Lisboa a nau dos mantimentos, com a Carta de Pêro Vaz de Caminha Mas o Rei ligou-lhe tão pouca importância que, por 500 anos, se a teve por perdida Em comunicação escrita aos soberanos de Espanha, o Rei português resumiu a quatro linhas o displicente anúncio do achamento E Cabral só fica na suposta ilha achada escassíssimos 10 dias. O acontecimento, em seu entender, não justificava mais. De facto, achar uma ilha — mais uma! — no imenso «mar oceano», com algumas centenas de criaturas, tão nuas de tudo e até de vergonha como vieram ao Mundo, e sem sinais de ouro ou pedras preciosas por perto, não acrescentava por aí além a glória de Sua Majestade

Sobretudo se o achamento não foi obra do acaso ou o resultado de um erro de cálculo, difícil de justificar, tratando-se de uma frota em que seguiam marinheiros tão experimentados como Bartolomeu Dias, Nicolau Coelho e Pedro Escobar, antes a simples execução de um plano pré-concebido, no quadro da política de sigilo então seguida pelos monarcas portugueses

Como se sabe, os historiadores repartem-se pela tese da intencionalidade e pela tese da casualidade. Não faltam a uns e outros os mais especiosos argumentos. Como não sou historiador e posso escolher à vontade, vou pela intenção contra o jogo de dados.

É a intenção que melhor serve o meu orgulho em ser português. Para além disso, convenço-me de que a relativa banalização da descoberta — mais aceitável no quadro de um «*déjà vu*» do que de uma genuína surpresa — confirma a ideia de que D. João II, ao negociar o Tratado de Tordesilhas, o negociou como negociou porque sabia da existência das terras a haver, segundo a partilha feita.

Semelhante desencanto deve ter-se repetido aquando das duas novas expedições à coisa achada, nos anos seguintes, para explorar maior extensão de costa, visto que D. Manuel sobreviveu 21 anos à descoberta do Brasil sem um só gesto no sentido do seu desenvolvimento. A colonização teria início mais de três décadas depois.

Reconheço que a concreta redacção da carta de Caminha parece reforçar a tese da casualidade. Mas, no contexto da política peninsular do sigilo recíproco, porque não haveria ele de ter agido em consonância com ela? Era preciso evitar que os Reis Católicos suspeitassem de que o Tratado de Tordesilhas havia sido negociado pelos portugueses com reserva mental. Essa preocupação ajudaria a explicar o próprio Caminha e o seu registo.

Erro houve sempre. Mas não de cálculo na arte de marear. Antes de avaliação sobre o interesse e o valor da coisa achada.

Não nos havemos de esquecer de que, antes de termos feito luz sobre a conformação do Mundo — sobre a sua esfericidade, os seus continentes e os seus mares —, o erro geográfico era tão natural como os mitos e os medos que povoavam as mentes.

É célebre o erro cometido por Colombo ao descobrir o norte da América, julgando ter chegado à Índia. Daí ter chamado «índios» aos seus habitantes, erro que, por comodismo, perfilhámos no sul.

Vespúcio — outro que pôs o saber que lhe ensinámos ao serviço dos Reis de Castela — cometeu erro idêntico. Os espertalhões dessa época éramos nós. Por certo sabíamos que havia terras a Ocidente. Talvez desde que Bartolomeu Dias começou a explorar o mar largo para fugir às dificuldades da abordagem do temeroso Cabo Mas, desde cedo, seguramente, soubemos que era pelo Oriente, contornando a África, que se chegava à Índia. Com esse jogo de cada um esconder o que sabia, neutralizámos, por largo tempo, a concorrência dos nossos irmãos peninsulares.

Mais espantoso é que o desinteresse pelo futuro Brasil tenha sido levado tão longe que Camões, 50 anos depois, não canta Cabral como um herói da epopeia marítima. E que Fernando Pessoa, que, segundo Suassuna, viria a ser considerado «o maior poeta brasileiro de todos os tempos», o esqueceria também na sua *Mensagem*.

Que digo eu? Esqueceu-o o Rei, que o preferiu por Vasco da Gama no comando da terceira expedição à Índia, que o não premiou com tenças ou outras prebendas, como prodigamente fez com Vasco da Gama, e que o votou ou deixou votar ao mais completo ostracismo, de tal forma que Cabral se auto-exilou algures nos arredores de Santarém — como viria a fazer o grande Herculano —, onde morreu tão despojado de glória que foi enterrado em campa rasa na Igreja da Graça, com a seca inscrição do seu nome e total apagamento do seu feito. Melhor sorte

teve sua mulher, que mereceu o registo de ter sido «camareira-mor da Infanta D. Maria».

E foi tal a maldição que desceu sobre o seu nome e o seu feito que o seu túmulo teve a mesma sorte da carta de Caminha: por iguais três séculos ninguém mais soube dele. Viria a ser descoberto, curiosamente, por um brasileiro, Visconde do mesmo Porto Seguro a que, em 1500, havia aportado.

Bem justificada foi, pois, a ironia de Almeida Garrett, que a propósito disse: «Quem sabe se Pedralvares não será um dia destes mandado sair da Igreja da Graça pelo regedor da paróquia?»

Como foi, então, que o seu nome e o seu feito ganharam imprevisto relevo, ao ponto de um seu biógrafo recente o vir a considerar «um dos maiores e mais representativos portugueses de todos os tempos, consubstanciando na sua pessoa as melhores qualidades do Povo a que pertenceu»? Porque o venera o Brasil e passaram a venerá-lo os portugueses? Porque estamos nós aqui, 500 anos volvidos, a homenageá-lo e a celebrar o seu feito?

A resposta está no Brasil. No que veio a ser e no que é.

Enquanto que o sonho do Império da Índia, tão ambiciosamente delineado por Afonso de Albuquerque (outro que caiu em desgraça!) e tão epopeicamente cantado por Camões, se perdeu no nevoeiro da história, até dele só restarem três enclaves que a força da rotina deixou durar até à segunda metade deste século, a «coisa de somenos» que Cabral «achou» viria a converter-se na prodigiosa Pátria que o grande Brasil veio a ser e é.

A nossa história rodou cento e oitenta graus. Desquitou-se do sonho da Índia e enamorou-se do portentoso Brasil. Durante três séculos, o Brasil foi português. Ou melhor, feudo da casa reinante de Portugal, governado pelos seus fidalgos e pelos seus juristas, expandido e defendido pelos seus soldados, catequizado pelos seus missionários.

Chamou-se a isso colonização. E como o espaço brasileiro era dilatado demais para poder ser povoado, desenvolvido e defendido apenas por colonos, soldados e missionários portugueses, jogámos o jogo que então se jogava: importámos escravos de África e escravizámos, compelindo-os ao trabalho — não fugamos à realidade histórica —, quando não preferiram morrer, os nativos a quem uma natureza pródiga havia poupado a essa bíblica condenação.

Talvez não tenhamos chegado a ser tão bárbaros quanto os espanhóis o foram para domar as brilhantes civilizações inca, maia e azteca. Mas também, de alguma maneira, o fomos. Desde a Grécia e desde Roma que colonizar era escravizar. E o Brasil — quer no ciclo do pau-brasil, quer no ciclo da cana de açúcar, quer no ciclo do ouro — foi construído com o sangue e o suor de milhões de mártires.

Podia ter sido de outro modo? Claro que podia! Se o homem e as suas civilizações não fossem o que foram, não teria sido sequer impensável que os «índios» que nele encontrámos ou os negros que para lá levámos continuassem inocentes e felizes sob a copa das florestas, sem terem mordido o fruto da árvore da ciência.

Mas não foi essa a disposição das coisas. E elas foram o que foram, não fazendo hoje sentido visionar como poderiam ter sido.

A história assume-se — uma vez mais o digo — inteira, nas suas grandezas e nas suas misérias. O que não faz hoje sentido — já aqui foi realçado — é julgar o passado segundo juízos de valor do presente.

Daí que eu aceite muito mal a recente moda dos pedidos de perdão por ofensas históricas cometidas quando constituíam práticas comumente aceites segundo os critérios da época.

Foi deplorável a escravatura? Foi iníqua a inquisição? Foram bárbaras as guerras de submissão ou de conquista? É claro que sim! Mas a última coisa de que eu havia de lembrar-me era de penitenciar-me e de pedir perdão por os meus antepassados terem tido tudo isso como normal e até justificável. Sócrates, o mais justo dos homens, teve escravos! As fogueiras da inquisição foram justificadas em nome de Deus! Napoleão é um herói da França, e não apenas da França!

O que para mim vale a pena é combater, desde logo a partir de nós ou do interior de nós, as práticas condenáveis e injustas que subsistem no presente! Que discriminações e que afrontas se não cometem em nome do «deus lucro»? Porque não pedem os que têm tudo perdão aos que não têm nada? Os privilegiados aos excluídos? Os de mesa farta aos famintos? Ou os responsáveis pelas agressões à natureza às novas e futuras gerações? Ou os génios das novas tecnologias aos desempregados? Ou os patrões dos tráficos ilícitos às vítimas das drogas, das armas e da luxúria que traficam? Ou os defensores da pena de morte aos que legalmente matam?

Sei bem que na origem de muitos pedidos de perdão está uma motivação sincera. Mas, nalguns casos, os pedidos deixam no ar um vago odor a hipocrisia.

Sem que isso os justifique, há crimes históricos mais bem e mais mal sucedidos. Ter roubado à África os seus filhos, para que fossem ajudar a construir a América do Norte ou a Ibero-América, foi mais lesivo para aquela do que para estas. O Brasil, bem como outros países da América Latina — embora não todos —, tem hoje orgulho na sua mestiçagem. Já neste século, e por impulso do sociólogo Gilberto Freyre, entre outros, rasgou as teses das virtudes do seu branqueamento e do ressentimento da sua negritude e passou a entoar louvores à sua mestiçagem, assumindo-a como uma mais-valia biológica e cultural.

Com razão. Do encontro e cruzamento de raças e civilizações, que no Brasil se fundiram, emergiu a mais prodigiosa identidade das pátrias modernas. A partir dessa tomada de consciência de si mesmo, o Brasil deixou de olhar pelo retrovisor e olha agora em frente, confiante no seu futuro.

Num importante discurso, que recentemente proferiu no Congresso Portugal 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu com galhardia «O mundo lusófono é o nosso Mundo, do Tejo a Luanda, da Baía Cabralia a Díli. Se os sinos dobram em Angola ou em Timor-Leste, eles também dobram por nós. O Brasil não faltará à sua lusitanidade, após 500 anos de história».

Coisa semelhante havia dito Gilberto Freyre, por ele próprio citado. Assim: «Nossa é a cultura portuguesa, como nosso é o Convento de Cristo, nosso Santo António de Lisboa, nossa a *Menina e Moça* de Bernardim Ribeiro, nossa a Universidade de Coimbra, » — não sei por que é que não falou na de Lisboa —

Risos

«... a Sé de Braga, a Torre de Belém, nosso o Condestável, D. Dinis, o Mondego, o próprio Tejo, as filhós, o arroz de leite com canela, o vinho do Porto»

Poderíamos pagar na mesma moeda dizendo «Nosso, ou também nosso, é o Cristo do Corcovado, nossa, ou

também nossa, a origem do Carnaval, nosso, por metade, o samba, nossa a mestiçagem, nossa a Baixa do Sapateiro, nossos Olinda e Ouro Preto, nosso D. Pedro, nossos Machado de Assis, Graciliano, Amado, Veríssimo, Bandeira, Drumond, nosso o barroco, nosso o Aleijadinho»

Quinhentos anos de história! Como poderemos nós ser indiferentes? Se, desde a independência do Brasil, seguimos caminhos separados, ainda que com troços comuns, até à sua independência a história ligou os nossos destinos por laços de sangue, cultura, amor e também ódio. Por um capricho da sorte, chegámos a ser a mesma Pátria, o mesmo Reino e o mesmo Império. Construímos, juntos, lugares, vilas, cidades, portos, estradas e caminhos. Erguemos, juntos, as mesmas fortalezas. Alargámos e defendemos, juntos, as mesmas fronteiras. Criámos e perdemos, juntos, as mesmas colónias. Combatemos, juntos, os mesmos invasores e os mesmos piratas. Devassámos, juntos, os mesmos sertões. E fizemos, juntos, o milagre de preservar a espantosa unidade do Brasil, enquanto que a América espanhola se desmembrava em 18 bocados.

Termos, durante mais de três séculos, vivido em comum a espantosa aventura de fazer o Brasil, que, depois, os brasileiros continuaram com novo heroísmo, novas guerras de fronteira, novas tentativas de recessão, mais suor, mais sangue e outras lágrimas, foi uma saga que nada pode apagar.

É mal conhecida entre nós essa maravilhosa aventura. Faltou-lhe, para cantá-la, um novo Camões. Talvez por isso, não lhe faltam detractores, minguados de dimensão, propostos a explorar o lado negativo desse empolgante troço da história comum dos dois irmãos do Atlântico. Mas quem vê o Brasil que desse passado resultou, esse Brasil tão português e tão brasileiro, tão igual a nós e tão diferente, moderna encarnação de um deus pagão na sua alegria sem par, na sua desconstracção sem exemplo, na sua filosofia de vida sem cópia, na sua literatura sem contrafacção, na sua música sem clones e no seu carnaval sem diques, perdão, sem que lho peçam, o preço em dor desse resultado.

Tenho para mim que a obra-prima da nossa história, Descobertas à parte, não foram os 500 anos da Índia, da África, da Ásia ou da Oceania, mas os 300 anos da formação do Brasil. Foi esta comunhão de língua, de culturas, valores e sentimentos, este «dois em um», como se diz agora, que nos levou a sentir que o Brasil passou a ser mais nosso no exacto momento em que deixou de sê-lo.

O Presidente António José de Almeida, já aqui citado, quando, no primeiro centenário da independência do Brasil, agradeceu aos brasileiros o terem-se tornado independentes, compreendeu isso mesmo. Desfez o mito de que a independência foi uma dádiva do pai e não uma conquista do filho. E reconheceu que a forçada união das duas pátrias, sob a ficção da mesma casa reinante, mais tinha contribuído para nos afastar do que para nos aproximar.

Quando, sob o impulso dos ideais libertadores do iluminismo, da independência da América, da Revolução Francesa e do liberalismo triunfante, a sorte do Brasil ficou ditada, as tentativas de, pela força, identificar o que não era idêntico e unir o que não era uno, só pode encontrar explicação no amor que os portugueses tinham — como ainda hoje têm — ao seu então Brasil. Século e meio depois, um governo português despótico viria a cometer, mas sem perdão, e com piores resultados, o mesmíssimo erro.

A deslocação da Casa Real para o Rio de Janeiro, em fuga aos exércitos de Junot, longe de ter travado as aspirações independentistas do Brasil, estimulou-as. Por momentos, pairou a ideia de salvar a união imperial, sediando no Brasil a cabeça do conjunto. Mas era uma solução

irrealista e impraticável. A separação tornou-se inevitável, mesmo quando o Rei português declarou resignar-se à tão-só condição de dois Estados ligados pelo fio débil da mesma casa reinante. Até para isso era tarde.

O ter sido um Príncipe português a rebelar-se contra seu Pai, proferindo o célebre «fíco», a fazer ouvir o decisivo «grito de Ipiranga», a deixar-se proclamar «defensor perpétuo» do Brasil, e, depois, seu primeiro imperador, ajudou a criar a falsa ideia de uma independência consentida.

Em grande medida, por efeito de um consentimento simulado, o Tratado de Paz e Aliança, de 29 de Agosto de 1825, pode ser assinado antes que qualquer outra Nação tivesse reconhecido o novo Estado nascente. O importante era salvar a afectividade recíproca. E essa foi salva e salva continua.

As picardias recíprocas que ficaram para trás, incluindo as acres disputas verbais entre Deputados portugueses e brasileiros, neste mesmo Palácio de S. Bento, que, em breve, serão salvas do pó dos arquivos e editadas em livro, perderam acrimónia e hoje fazem-nos sorrir.

Antecipo a conhecida explosão do grande Fernandes Tomás: «Se o Brasil, com efeito, não quer unir-se a Portugal, como tem estado sempre, acabemos de vez com isto, passe o Sr. Brasil muito bem, que cá nós cuidaremos da nossa vida!»

Resposta de Deputado brasileiro Borges de Barros: «Também posso dizer agora adeus, Sr. Portugal, passe por cá muito bem».

Será um livro apaixonante. Penso mesmo que vai ser um *best-seller*, sobretudo para os que amam o Brasil e a História de Portugal.

O que no Brasil se passou depois — novas invasões, novas lutas, novas dissensões, novas tentativas separatistas — serviu para pôr à prova o amor dos brasileiros ao seu Brasil e à sua preciosa unidade. Quando partimos, deixámos após nós um colosso geográfico servido por um patriotismo colossal. Tão estremado que chegou para, em definitivo, delimitar fronteiras — não sem o preço pago de milhares de vidas — e salvar, uma vez mais, a unidade interna, por recurso a um adequado e inteligente modelo federativo.

Nessas lutas e nesse heroísmo estiveram, lado a lado, índios, pretos, mestiços e também brancos. Sem prejuízo das discriminações que subsistiam, e em certa medida subsistem, o invasor foi sempre, para todos esses, um inimigo comum. A história do Brasil é, antes e depois da sua independência, uma história de amor. Amor à sua beleza, amor à sua alegria, amor à sua nascença, amor à sua filosofia de vida, e amor ao prodígio da sua identidade.

Na sua já referida intervenção no Congresso Portugal 2000, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que «o Brasil anseia por leituras actualizadas dos seus laços com Portugal».

Nós também ansiamos. Lembrar o que foi é importante. Celebrar um achamento que esteve na origem de uma saga maravilhosa e de um país portentoso é importantíssimo. Mas mais importante é pôr a render, no banco do futuro, o capital da nossa história comum. Através de um renovado espírito de cooperação e entreajuda. Através de novos acordos culturais e de desenvolvimento. Através de novas formas de aproximação entre a União Europeia e o Mercosul, tendo Portugal como porta de acesso. «Porque não marchamos juntos, brasileiros e portugueses, na busca dos caminhos que se abrem nesta nova fase do capitalismo contemporâneo?» A pergunta é ainda do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A nossa resposta só pode ser esta: marchemos! Assim como no passado unimos forças para combater e expulsar invasores e derrotar piratas, tratemos de, com idêntico espírito, defender em parceria comuns interesses e valores contra os novos «Átilas» da globalização e os novos «piratas» da era moderna.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes

Não posso dar a palavra ao Presidente António Carlos Magalhães, como gosto de o chamar, porque a palavra já é dele.

Pode, pois, usar e abusar dela, Sr. Presidente. Teremos a maior honra em ouvi-lo com toda a atenção.

O Sr. Presidente do Congresso Nacional da República Federativa do Brasil (António Carlos Magalhães): — Sr. Presidente Almeida Santos, Srs. Ministros, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal de Justiça, Autoridades, Corpo Diplomático, em particular Embaixador do Brasil, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Queridos Parlamentares.

Vivo, hoje, um momento transcendente na minha longa jornada política. Tenho a honra e a alegria de representar o Congresso brasileiro nesta sessão da Assembleia da República portuguesa.

Há, nesta solenidade, uma conjunção extraordinária de circunstâncias que torna este momento especialíssimo para mim. Filho da Baía, a terra que acolheu Cabral na sua chegada ao Brasil, e Presidente do Congresso brasileiro, sou recebido nesta Assembleia para festejarmos o acto do Descobrimento e a terra descoberta.

O privilégio de estar aqui, participando desta sessão, é muito caro. Presidente Almeida Santos, é muito da sua vontade, e quero registá-lo, mercê da nossa amizade e da sua generosidade. Sou-lhe muito grato, bem como a todas as Srs. Deputados, por me oferecerem esta oportunidade única de reencontro com a ancestralidade.

A generosidade — repito — do Presidente Almeida Santos é tão-somente uma de suas muitas virtudes. Mas é certamente dela que derivam as outras, destacando-se a de grande homem público, que o é. O pendor democrático é próprio dos generosos. Só eles sabem conviver, de forma construtiva, com a diversidade de opiniões, e hoje, aqui, temos um facto, que é bem autêntico da diversidade de opiniões, ao qual, dentro em pouco, para ser fiel ao perfil do Presidente Almeida Santos, responderei.

Também a luta política, a que se lançou corajosamente no passado, está fundada na generosidade e no seu amor à democracia. Saúde e agradeço, mais uma vez, ao querido amigo Presidente Almeida Santos, e devo fazê-lo por dois grandes e especiais motivos: por sua iniciativa de integrar este Parlamento nas comemorações que o Brasil recorda de seus 500 anos e pela singularidade do convite com que me distinguiu.

Estou certo de que todos os que aqui nos reunimos, nesta tarde, temos a consciência do que representou a viagem de Cabral em 1500. É verdade que ela pode ser vista como apenas um dos episódios no conjunto dessa extraordinária epopeia da navegação portuguesa, interpretada pela poética exclamação do génio de Pessoa, quando dizia: «Ó mar salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal!».

Entretanto, pelo que veio a representar, tanto para os brasileiros quanto para os portugueses, e mesmo para o

mundo, esse feito inaugurou um complexo processo de criação cultural e de civilização, que se consolidou numa relação notável entre os nossos povos

Há cinco séculos, Portugal e Brasil caminham ligados de maneira indissolúvel. Por obra e graça da parceria política, cultural e forte pelo afecto que une estas duas importantes nações. Mesmo assim, em momentos de divergência, naturais numa relação madura, complexa e multifacetada, essa ligação resistiu a tudo que foi possível

Vivemos 500 anos de uma história comum, que serviram para sedimentar uma relação singular, repleta de ricos episódios. Para citar um deles, ainda dos primórdios da vida do Brasil, lembremos a luta que uniu as três principais raças formadoras da cultura brasileira contra a invasão holandesa, na primeira metade do século XVII: portugueses, índios e negros combateram juntos, construindo, assim, os primeiros fundamentos, aí sim, da nacionalidade brasileira e da defesa do território nacional

As relações entre Brasil e Portugal são tão estreitas que ensinam mesmo curiosos paradoxos. Paradoxos aparentes, na verdade. A independência do Brasil foi proclamada por D. Pedro I, príncipe português, que veio a constituir-se em um dos mais expressivos traços de união entre as nações que separou politicamente em 1822

Antecede a nossa independência um outro facto, que a ela se encadeia historicamente e que guarda uma correlação simbólica e estreita com o momento que vivemos nesta Assembleia: o Brasil foi representado por Deputados de suas províncias na Constituinte portuguesa de 1821, que marcou o fim do absolutismo monárquico

Reunidos nas Cortes Gerais e Constituintes Extraordinárias da Nação Portuguesa, portugueses e brasileiros ajudaram a forjar a Constituição que primeiro instituiu o sistema representativo no reino português

Já neste século, bem mais perto de nós, a História nos mostra um outro momento singular em que Brasil e Portugal, cada um a seu modo, percorreram caminhos políticos convergentes no rumo de uma reafirmação democrática ansiada recentemente pelas duas nações

Relembro esta época porque considero que tanto a consciência dos processos de redemocratização que vivemos, como o papel desempenhado por algumas figuras de destaque em ambas as sociedades contribuíram para reaproximar nossas duas pátrias

Seja-me permitido singularizar, no lado português, a presença marcante de dois grandes estadistas — Mário Soares e Jorge Sampaio

O Presidente Jorge Sampaio é democrata de convicções fundas e antigas. Durante os tempos do autoritarismo, liderou estudantes, defendeu presos políticos e lutou pela democracia portuguesa. O seu papel nessa luta e a sua capacidade o trouxeram para esta Casa, onde exerceu diversos mandatos

O reconhecimento definitivo do povo português ao seu valor traduziu-se, afinal, na expressiva vitória que obteve para Presidente da República

De Mário Soares lembramos as muitas posições que alcançou: Secretário-Geral do Partido Socialista, Vice-Presidente da Internacional Socialista, duas vezes Presidente da República, duas vezes Primeiro-Ministro de Portugal. O seu papel histórico ainda está por ser suficientemente avaliado, principalmente no relacionamento com o Brasil. Ele é, em definitivo, um homem que ultrapassa a moldura que orna o seu perfil, como bem referiu o Presidente Almeida Santos, num «quase retrato» que dele fez

É talvez por ter sido tão duramente conquistada por homens tão capazes quanto Mário Soares e V. Ex.^a, Presidente Almeida Santos, que a democracia deste país tem uma história tão rica quanto bela.

E já que visito tão ilustre galeria, seja-me permitido abrir um parêntese para relembrar uma figura de primeira grandeza no mundo político do Brasil e expressar o meu comovido agradecimento pela honrosa homenagem prestada ontem pelo Sr. Presidente da República ao meu inesquecível filho, o Deputado Luís Eduardo Magalhães. A alta comenda com que o Sr. Presidente da República agraciou, a título póstumo, o ex-Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil consagra, também aqui, o relevante papel desempenhado por aquele jovem, mas extraordinário homem público, no encaminhamento das grandes reformas do Estado brasileiro, iniciadas no primeiro governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP

São profundas e complexas as ligações entre brasileiros e portugueses. Elas são, na verdade, antes de tudo, relações afectivas, de parentesco mesmo. Como bem apontou Álvaro Vasconcelos: «que família portuguesa não tem parentes no Brasil? Quantas famílias brasileiras não têm parentes na terra, de onde são originários os seus avós?» Na terra de V. Ex.^a

Essa intimidade ocorre também no campo cultural, facilitada por passado e idioma comuns. E aqui aproveito para responder ao nobre Deputado Medeiros Ferreira, que disse da necessidade de, cada vez mais, o Brasil internacionalizar a nossa língua, ajudando os países que falam português, fazendo crescer as suas populações, porque países que não têm um idioma falado no mundo são países que não se fortalecem para o progresso e para o desenvolvimento. Daí, serei um soldado nesta batalha que os portugueses, com justa razão, reivindicam.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP

A revista *Orfeu*, principal meio de expressão da geração modernista portuguesa, lançada em 1915, foi gestada no Rio de Janeiro pelos diplomatas Luís de Montalvor, português, e Ronald de Carvalho, brasileiro

Mas, para além de inúmeras e mútuas influências, o elo mais forte e emblemático entre Brasil e Portugal, no campo literário, talvez seja António Vieira

Neste ponto, é com emoção que vos convido a uma navegação de saudade, marcada pelos faróis antigos da «última flor do Lácio, inculta e bela», no bem-dizer do poeta da língua portuguesa

Mais do que factor de unidade, é o português a linha maior da união das nossas culturas. E nesse mesmo oceano do idioma, a navegar a nau capitânia, vai o «imperador» António Vieira.

Meus Amigos, esse António me é muito familiar desde a infância, na cidade do Salvador, por onde, pelas suas ruas, as sandálias do missionário o levarão em missão evangelizadora. Pregador, diplomata, homem político de fina e pura água, Vieira foi um dos personagens mais cativantes da cena portuguesa do século XVII. Foi ele o excelso protagonista dos acontecimentos políticos nos seus instantes cruciais de decisão, fosse na Baía colonial, nas matas do Maranhão, como aqui foi citado, ou da Amazônia, fosse na mercantilista Amsterdão ou nos gabinete

tes de opulência cultural e política do Vaticano ou de Cristina da Suécia.

Esse grande e incommensurável Vieira, senhor de obra literária extraordinária, nos *Sermões*, anda por desvendar nos estudos sobre o messianismo da *História do Futuro*, como ninguém o fez

Permutam-me prosseguir, nesta imagem da frota a navegar, com outras naus de elevados capitães, de grandes senhores

Luís de Camões, a cantar as glórias da pátria «por mares nunca dantes navegados», Frei Luiz de Sousa, Dom Francisco Manuel de Melo, Herculano, Camilo, Garrett, citado pelo Sr. Presidente, Quental, Ramalho, Eça, Ferreira de Castro, Torga, todos esses, e muitos mais, navegadores de grande curso pelos imensos mares do nosso idioma. Mares esses, pelos quais, por baías e angras de todos os quadrantes, também navega Pessoa, como aqueles capitães de si mesmo, que são Caeiro, Reis e Campos

E aqui desembarco desta nobre frota de capitães sem mácula, feliz de com eles navegar ainda hoje, com frequência, ao estender a mão em busca de algum dos seus escritos, de entre os meus livros

O idioma, mais do que facilitador da comunicação entre nós, tornou-se o caminho de aproximação que, hoje, devemos ser capazes de estender aos demais povos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nossos irmãos de Angola, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, São Tomé e Príncipe e o recém-chegado, que merece o nosso apoio nesta hora, Timor-Leste

Aplausos do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP e de Os Verdes

Registo, aliás, com especial satisfação, que nossos Governos empenharam-se no contínuo aprimoramento desta especial parceria: há dias, foi assinado, em Porto Seguro, na minha querida Baía, como parte das comemorações do aniversário da chegada de Cabral ao Brasil, o novo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, amplíssimo documento que consolida, fortalece e diversifica as relações entre os nossos dois povos

Muito em breve nos tocará a nós, membros do poder legislativo, a tarefa fundamental de examinar esse complexo acordo, aperfeiçoando-o, eventualmente, e dando aprovação necessária à sua esperada entrada em vigor

Passo a passo, as relações entre Brasil e Portugal comecem a ganhar desenvoltura no campo económico, do mesmo modo que já experimentaram nos planos afectivo e cultural. Tudo se acelerou com a visita do Primeiro-Ministro António Guterres ao Brasil, em 1996, a primeira que Sua Excelência fez ao exterior depois de assumir o cargo, revelando a importância estratégica que Portugal passou a atribuir à parceria económica com o Brasil. E os bons resultados já estão aí, apontando uma nova posição económica entre Brasil e Portugal

Na condição de membro da União Europeia, Portugal, com seus investimentos, ajuda a criar um clima de confiança dos europeus em relação ao Brasil e ao Mercosul. Seu admirável dinamismo económico já o transformou em importante investidor estrangeiro no Brasil, como foi salientado por um dos brilhantes Oradores. Este, por sua vez, com a sua destacada posição no continente e no mercado comum regional, que integra, torna-se sócio estratégico para Portugal e demais países da União Europeia

Mais que bons parceiros, Caro Presidente Almeida Santos, as relações económicas entre nós também serão

cada vez mais prósperas. A despeito dos muitos problemas, o nosso País também avança na solução de entraves económicos e sociais, o que descortina um horizonte promissor

Eis aí, Sr.^a Deputadas, Srs. Deputados, apenas alguns dos muitos argumentos que demonstram a vantagem da nossa parceria económica e a sua vocação para o sucesso, tornando-se um elo relevante da História compartilhada há 500 anos

É exactamente essa ligação tão complexa e *sui generis* que nos leva a comemorar juntos o facto histórico que lhe deu partida, do mesmo modo como festejamos juntos outras datas importantes da nossa História comum. Assim foi nas comemorações do IV Centenário do Descobrimento, em 1900. O mesmo aconteceu com o Centenário de nossa Independência, em 1922, quando — e isso já foi aqui salientado pelo Presidente Almeida Santos — o Presidente António José de Almeida nos visitou e, num feito de simbolismo marcante, os aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral empreenderam o histórico voo da travessia Lisboa-Rio.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tais e tantas são as provas de nossa amizade, que se renovam nesta Sessão Solene, de tão profundo significado para nós, brasileiros

Sopradas pelos ventos da democracia, as velas das nossas Repúblicas se enfunam na direcção de destinos jamais sonhados. Precisamos, sim, juntos, sonhar, viver e ainda navegar

Fraternidade, coragem e talento não nos faltam. Estamos cada vez mais próximos, como se a «jangada de pedra» idealizada pelo genial Saramago estivesse prestes a atracar na terra dos nossos corações

Façamos, pois, que as distâncias fiquem cada vez menores, que esta amizade sirva para promover o bem-estar do nosso povo e o amanhã seja melhor e mais justo para portugueses e brasileiros

Antes de finalizar as minhas palavras, quero agradecer a todos os Oradores, a todos, sem excepção, inclusive ao Deputado Luís Fazenda.

E como António Vieira foi muito citado nessa Sessão, gostaria de citá-lo mais uma vez. Vieira dizia que era tão natural responder que até os penhascos duros respondiam e para as vozes tinham eco. Por isso mesmo, a Natureza fez os mudos também surdos, porque se ouvissem e não respondessem rebentariam de dor

Não quero rebentar-me de dor e, por isso, vou responder a V. Ex.^a, Sr. Deputado Luís Fazenda.

V. Ex.^a não tem nenhuma razão nos tópicos que aqui abordou. Não teve, sequer, perdoem-me os seus colegas Deputados, e veja nisso também uma prova de afecto, como eu vi nas suas palavras, originalidade. O que V. Ex.^a disse são chavões muito conhecidos em toda a parte e que não cabiam, certamente, nessa Sessão. Mas, se não respondesse a V. Ex.^a, hoje, V. Ex.^a estaria vitorioso na *media*, como costuma acontecer em toda a parte do mundo pelos factos que são trazidos de forma diferente daquela que é real. Saiba que o Governo de Fernando Henrique tem sido um Governo altamente democrático e, porque democrático, tem sido tolerante com os «sem terras» e muitos outros desordeiros. Nem sequer tem empregado a lei, porque a lei não é feita para destruir o próprio regime democrático, a lei é feita para que o regime democrático se fortaleça e para que seja cumprida!

Por isso, posso terminar dizendo: essa Sessão foi mais um acto democrático, propiciou a que se visse que, no Parlamento português, todos têm ampla liberdade para fa-

lar quando e como querem E nós, como um dos Oradores aqui disse, e repetimos, temos, sim, o orgulho e não a mágoa de sermos brasileiros e portugueses cada vez mais irmanados pela dignidade social e, sobretudo, por um mundo mais igual entre os Homens

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP

O Sr Presidente — Srs Deputados, Srs Convidados, é pena termos de encerrar sessões como esta, mas, enfim, é uma fatalidade a que não podemos fugir, pelo que declaro encerrada esta memorável sessão

Eram 16 horas e 55 minutos

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou os Hinos Nacionais dos dois países

Aplausos gerais, de pé

Faltaram a sessão os seguintes Srs Deputados:

Partido Socialista (PS)

Aires Manuel Jacinto de Carvalho
Alberto Bernardês Costa
António Alves Martinho
António Bento da Silva Galamba
Dinis Manuel Prata Costa
Eduardo Ribeiro Pereira
Jamula Bárbara Madeira e Madeira
João Pedro da Silva Correia
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
Jorge Lação Costa
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Carlos Lourenço Tavares Pereira
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Luís Pedro de Carvalho Martins
Luísa Pinheiro Portugal
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel Francisco dos Santos Valente
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta

Maria Isabel da Silva Pires de Lima
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos

Partido Social Democrata (PSD)

António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Paulo Martins Pereira Coelho
Domingos Duarte Lima
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
Fernando Santos Pereira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Monteiro Chaves
João Bosco Soares Mota Amaral
Lucília Maria Samoreno Ferra
Luís Manuel Machado Rodrigues
Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
Manuel Castro de Almeida
Manuel Joaquim Barata Frexes
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro Manuel Cruz Roseta
Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral

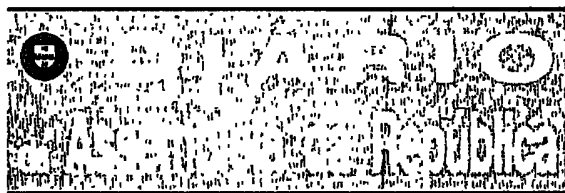
Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

Paulo Sacadura Cabral Portas
Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 160\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa